

CARTAS DE UMA INGLESA SOBRE A BAHIA (1 764)

Nilce Aparecida Lodi

O propósito deste artigo é determinar, através da análise das **Cartas sobre a Bahia**, a consciência real e possível de sua autora, Mrs. Kindersley, em seu testemunho a respeito da vida soteropolitana, na segunda metade do século XVIII. O livro da visitante inglesa é uma raridade, quase fora do alcance da maioria dos leitores, e dele a Biblioteca do Museu Paulista possui um exemplar da edição alemã publicada em 1 777. (1)

O relato tem início em junho de 1 764 (na edição alemã, a primeira carta é datada, por engano, de 1 774) e término em fevereiro de 1 769. Compreende uma série de 76 cartas, com variedade extraordinária de informações sobre povos e regiões correspondentes às treze escalas feitas pela irrequieta viajante durante sua longa excursão marítima. As cinco primeiras cartas, escritas de Santa Cruz de Tenerife, ponto de escala quase obrigatório às travessias da época, são datadas de junho de 1 764. De agosto a setembro, redige sete cartas datadas de São Salvador (Bahia), narrando sua permanência, desde o momento de seu desembarque. Prossegue viagem para o Cabo da Boa Esperança, de onde escreve cinco cartas a partir de novembro. Em junho de 1 765, dá notícias de Pondichery e Madras ao Forte São Jorge. Em seguida, narra suas experiências em Calcutá, em duas cartas de agosto de 1 765. Recomeça sua atividade epistolar em setembro do ano seguinte, com informações sobre Motteh Lill, Mongheir e Patna. Em março de 1 767, chega a Boctaphur. De junho desse ano a maio do ano seguinte, permanece em Allahabad, escrevendo daí trinta e seis cartas. De maio a setembro de 1 768, visita Calcutá, e em fevereiro de 1 769 sua correspondência, com uma única mensagem datada de Santa Helena.

Vazado em estilo limpo, afirmativo, sem ser uma grande escritora, suas observações não foram ordenadas, em geral, de tal forma que pudessemos delas tirar o máximo proveito. Os assuntos são abordados ora através de informações superficiais ou insignificantes, ora repetidos com insistência e detalhes desnecessários.

Curiosamente, em todo o relato, não declina o nome de qualquer das pessoas que conheceu, nem mesmo da inglesa que a visitou; não deno-

(1) "Um Cimélio do Museu Paulista: a primeira viajante do Brasil — Cartas sobre a Bahia por Mrs. Kindersley (1764)". Trad. do Dr. Vicente de Souza Queirós. Em **Anais do Museu Paulista**, tomo I, 2ª parte, págs. 11-28. A tradução da 6ª à 12ª carta, que se refere à Bahia, foi solicitada por Affonso de Escragnonle Taunay, doador à biblioteca do Museu do exemplar "Briefe von der Insel Teneriffe, Brasilien. . ." Leipzig, Weidmanns Erben u. Reich, 1777. Trata-se de um livrinho in 8º, de 286 págs. encadernado, tendo, na página fronteira ao título, um desenho a pena, com a legenda "Ein Zimmer in einem Zannah"

mina os locais que visita, nem se preocupa em declarar o nome do navio em que viaja. Faz menção a certa "Madame R ...". Parece-nos, que tal atitude foi intencional e bastante cautelosa: a única vez em que menciona um nome, o faz com tanta inexactidão que chama a atenção do leitor mais distraído. Ela afirma:

"A América foi sempre o ponto de reunião dos jesuítas, havendo muitos deles no Brasil. O rei de Portugal, D. Manuel (sic !), teve toda-via coragem de expulsá-los do país" (VIII, 19). (2).

Diante disso, "que critério fazer do critério de uma criatura que, em plena ação pombalina, antijesuítica, diz barbaridade de tal ordem ? " (TAUNAY. 1920 a, 1: 1).

A análise das CARTAS levaria a buscar-lhes as motivações.

Uma delas seria o objetivo de satisfazer o ocioso interesse de quem não podia viajar pessoalmente, uma vez que a Autora afirma: "Meu desejo de lhe comunicar as minhas impressões aguçou-me o senso de observação. Tenho-me esforçado por conhecer, verdade é que com pouco resultado, os costumes e a forma de governo do país em que me acho " (VIII, 17).

Outra, ela estaria simplesmente colocando em prática a idéia de que se deve viajar, sempre que possível, por outros países para compreender melhor os problemas e as possibilidades do sistema político de seu próprio país. Por isso escreve:

" O conhecimento das leis e dos usos dos diferentes povos, a felicidade de possuir um governo brando, em suma, toda e qualquer instrução dá aos homens uma independência que torna a opressão insuportável. Comparam as leis do seu próprio país e a imparcialidade com que são aplicadas às dos outros, sentindo-se felizes quando as mesmas são justas. Em caso contrário todavia sentem de modo penoso, o que nelas falta. Deforma-se a mentalidade do povo com um mau governo. Age o povo impelido pelo medo, nele abafando os sentimentos de honra e de dignidade. Nas leis não encontra auxílio nem apoio tão pouco, recorrendo então, como meio de defesa, à astúcia e perfídia. Não há solidariedade alguma, nutrindo uns para com os outros sentimentos de desconfiança e temor. É tão interessante quanto triste considerar as nações nas suas diferentes fases de grandeza e decadência. Portugal cujo comércio e navegação abrangia as duas Índias, retirando delas imensos tesouros e dando exemplo à Europa, acha-se atualmente decaído, de tal modo, que dificilmente imaginamos descenderem os atuais portugueses daqueles que viviam há um par de séculos" (VIII, 21).

(2) As citações das CARTAS são acompanhadas da indicação em algarismo romano e do número da página, em arábico, correspondem à tradução publicada nos *Annaes do Museu Paulista*.

Uma terceira motivação seria o desejo de prolongar a aventura, através do relato dos momentos nela vividos. Talvez por isso, inicia suas informações afirmando: “Sinto-me com o maior prazer para lhe escrever depois de uma viagem longa e perigosa; da ilha de Tenerife chegamos sãos e salvos a S. Salvador, ou Bahia, nas costas do Brasil, esperando logo poder descer à terra” (VI, 15).

A análise do conteúdo das “CARTAS SOBRE A BAHIA” pode ser configurada através do destaque de alguns elementos que emergem do texto e propõem problemas ao investigador interessado em recompor a realidade histórica do terceiro quartel do século XVIII do Brasil-Colônia. Assim, escolhem os seguintes: povo, natureza, governo e cultura.

1. POVO

A visitante inglesa oferece-nos sua visão sobre os habitantes da terra dizendo:

“O povo aqui chama-se português. Existem ainda muitos descendentes daqueles que cá se estabeleceram quando Portugal, pela primeira vez, tomou posse desta costa. O seu número tem crescido constantemente, aumentado pelas famílias que o desejo de enriquecer chama para fora de seu país. Os seus sentimentos e fins, quando emigram, são bem diferentes daqueles que nos animam a nós, Bretões, quando deixamos a velha Inglaterra para nos irmos estabelecer em lugares estranhos. Nós alimentamos constantemente a esperança de voltar ao nosso país, eles, ao contrário, se estabelecem com suas famílias definitivamente, considerando o país como sua pátria. E tanto melhor para eles que são animados por tais sentimentos, pois o caminho de volta à pátria acha-se erizado, de obstáculos e dificuldades” (VIII, 17 – 18).

Mrs. Kindersley apreendeu parcialmente as implicações do processo de emigração. Está fora de dúvidas que, a partir de meados do século XVII, a emigração para o Brasil tornou-se considerável, ameaçando, por vezes, despoisar regiões importantes de Portugal, como o Minho. Tanto assim que foram tomadas medidas repressoras enérgicas, através de leis, quase sempre esquecidas, ou desobedecidas, que se sucederam por um século. A própria renovação dos documentos legais, restringindo a emigração, mostra-nos como tais medidas foram ineficazes. Para o Brasil, naturalmente, este fato teve largas conseqüências. Determinou um rápido crescimento da população e a extensão da colonização. Os pequenos núcleos esparsos pela estreita faixa ao longo do litoral se avolumam após a primeira metade do século XVII, cresce a ocupação do interior nordestino e estende-se largamente pelo território, invadindo importantes áreas que pertenciam legitimamente à Espanha. De 1 650 a 1 750, os portugueses ocuparam efetivamente, embora de forma dispersa, quase todo o território que hoje constitui o Brasil. A Espanha foi obrigada a reconhecer a soberania de Portugal sobre a área que, de direito, lhe cabia na maior parte. O esvaziamento e a ruína de Portugal significaram o desenvolvimento do nosso país.

A visitante não considerou que o ingresso de novos moradores, anciosos por alcançar uma posição social e econômica superior àquela que ocupavam na Metrópole, poderia provocar a concorrência destes com os já aqui estabelecidos, procurando desalojá-los de suas posições.

“O português que emigrava para a colônia não o fazia com o interesse de se tornar simples trabalhador a jornal. Ambicionava a riqueza e a importância que podiam advir do fato de ser dono e explorador de vastas extensões de terras” (CANABRAVA. 1963, 201).

Os que vieram nos primeiros séculos eram inteiramente da lavoura, os outros monopolizavam o comércio, “eram superiores aos filhos do país em cultura geral, em habilidade, em atividade” (HANDFLMANN. 1931, 724), “não admitindo filho nenhum da terra a caixeiros, por d’onde possam algum dia serem negociantes” (Marquês do LAVRADIO, 1779).

Uma forte classe urbana se constitui e vem alterar a fisionomia da Colônia, quebrando-lhe o equilíbrio econômico e social. “Sua influência se fez sentir em dois setores: comprando terras e engenhos para se amoldarem aos hábitos dos senhores rurais, que desfrutavam de prestígio político, desmantelando o empresário agrícola, e transformando-se em rendeiros. Passaram da classe lucrativa para a classe proprietária. Por outro lado, deram maior expressão à burocracia colonial, alimentando-a com ingressos e tributos, e, reforçando-a pela integração nela de seus rebentos, letrados das universidades portuguesas” (FAORO. 1958, 108-109). Não abandonaram porém, o sobrado da cidade.

Em tais circunstâncias, têm origem atritos entre os naturais da colônia, descendentes dos antigos imigrantes, os “**brasileiros propriamente ditos**” e os imigrantes mais recentes, os “**portugueses de Portugal**”, ou os “**filhos do Reino**” ou pejorativamente, os “**branquinhos do Reino**”.

Apesar dos esforços da administração pública, o estretecimento nacional entre os ramos da mesma raça, o português-europeu, e o português-brasileiro, desenvolveu-se continuamente. Em meados do século XVIII, “as rivalidades continuaram a lavar surdamente, e irão explodir afinal, em princípios do século passado, nas lutas pela emancipação” (PRADO JÚNIOR. 1959, 50).

Em sua generalização, Mrs. Kindersley ignorou a presença de moradores temporários, que vinham ao Brasil para o desempenho de atividades públicas, funcionários que “consideravam o seu cargo somente como mina de ouro e depois regressavam a Portugal com o roubo” (HANDELMANN. 1931, 724), como, por sua vez radicaliza Handermann.

Quanto ao caráter dos integrantes da sociedade colonial brasileira, ela não ficou menos impressionada com os “**vícios**” do que com as suas

“virtudes”. Via de regra, os portugueses “são muitíssimo desconfiados, não permitindo a suas mulheres sociedade masculina alguma a não ser a de parentes”. Têm “grande habilidade e inclinação” para enganar e roubar os estrangeiros” (VIII, 18 – 19), ou “talvez não sejam sinceros e leais” (VI, 15). São extremamente vingativos e traiçoeiros. Os assassinatos são freqüentes. “O ofendido espreita o adversário até que o encontre finalmente em lugar ermo durante a noite, desarmado e isolado. Apunhala-o, então, pelas costas, pelas próprias mãos ou pelas de um assalariado, o que é fácil encontrar mediante módica remuneração” (IX, 23).

A lista de “qualificativos” é extensa e a ela acrescenta o da estupidéz e da preguiça (XI, 25).

Para com suas companheiras de sexo não é nem um pouco benevolente. Considera-as indolentes, desleixadas e ignorantes; astutas, dissimuladas e com acentuada inclinação a aventuras amorosas e à infidelidade.

“... A nada se aplicam, sua inteligência é completamente inculta, manifestando-se-lhes a vivacidade natural pela astúcia e esperteza. Seus parentes masculinos não depositam grande confiança em suas virtudes. Elas, em represália, lançam mão de todos os ardis para iludir a vigilância de que são de contínuo cercadas. Têm todas uma grande inclinação, a falarmos com indulgência, pelas aventuras do amor e pelas intrigas amorosas. Pudessem eu contar o que fazem estas mulheres, que passam os dias nas igrejas, durante as trevas da noite !!! Seria acusada de escrever um pasquim sobre o sexo feminino” (X, 23).

Não poderíamos esperar grandes elogios acerca das mulheres depois do que havia dito sobre o caráter geral dos homens.

Não obstante o aguçado senso de observação da missivista, “a lhanza do trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam”, e que “representam um traço definido do caráter brasileiro” (HOLANDA. 1976, 106 – 107), não foram sequer mencionadas.

Ora, quem ao Brasil viesse pela época da colonização, conseguindo barrar a proibição de entrada aos estrangeiros, não encontraria muito onde se hospedar. Já que faltavam hotéis para os viajantes em trânsito, estabeleceu-se o hábito da hospedagem em casas particulares. Debret (1818) e Daniel Kidder (1838), entre outros, inseriram, em seus relatos sobre a estada no Brasil, observações quanto à escassez, para não dizer, ausência de hotéis e restaurantes no Rio de Janeiro. O que seria de imaginar, das condições para hospedagem na cidade de S. Salvador, em 1764, quando foi visitada por Mrs. Kindersley?

Ela nos conta que ficou em casa do cirurgião francês, que estivera a bordo do navio, juntamente com um médico, com o encargo de ve-

rificar a ocorrência de casos de moléstias contagiosas. Era “casado com uma portuguesa nata”, que “não posso infelizmente de modo algum subornar . . . nem dela obter informações, pois se exprime unicamente na língua materna, da qual não compreendo patavina” (VII, 16 – 17).

Ressente-se com a péssima opinião que os moradores da Bahia têm dos ingleses e com o acolhimento pouco amável, em geral dispensados aos estrangeiros. É provável que, durante sua rápida permanência, não tenha conseguido penetrar, como raros estrangeiros o fizeram, em outro aspecto da vida nacional: qualquer forma de convívio deverá ser ditada pela ética de fundo emotivo. Seja para o que for, para conquistar o brasileiro, é necessário antes de tudo fazer dele um amigo.

Numa tentativa de retribuição da acolhida recebida e dos momentos desfrutados aqui, ou talvez para minimizar o perfil grotesco que traçara de seus habitantes, Mrs. Kindersley tenta pôr em relevo alguma virtudes dos soteropolitanos, afirmando: “Têm eles patenteado grandes sentimentos de humanidade e prudência no seu modo de tratar os indígenas, os quais são livres não obstante pertencerem a um povo conquistado” (XII, 26).

Reprova os meios empregados pelos espanhóis para introduzir o cristianismo entre os americanos dos países conquistados. Abomina os excessos e atrocidades cometidos pelo zelo religioso, pois “deshonram não somente a religião mas igualmente a própria natureza humana ” (XII, 27). Embora os portugueses enviem missionários pelo país, nunca constroem seus habitantes a se converterem ao cristianismo.

A única qualidade visualizada pela visitante nos colonizadores, o tratamento que davam aos indígenas, merece algumas considerações.

“O exame do próprio processo histórico brasileiro mostra que ele decorreu ignorando condições de natureza ética ou humanitária. A conquista de uma terra bravia, ínvia, não se faria sem uma política agressiva, dura e cruel quando preciso e até mesmo gratuitamente. (. . .) . . as crônicas dos primeiros tempos são pródigas em descrições de como correu o sangue indígena” (QUEIROZ. 1 975, 456).

A princípio no Brasil-colônia se recorreu ao trabalho indígena. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-los ao trabalho, manter a vigilância intensa sobre eles e impedir sua fuga e abandono das tarefas. A seguir, a escravização pura e simples apesar da atuação dos jesuítas insurgindo-se contra ela e do pronunciamento do Papa Paulo III, em 1537, em favor dos aborígenes, declarando que a ninguém, sob pena de excomunhão, era lícito perturbá-los no gozo de sua liberdade.

O concurso do braço indígena, notadamente nos dois primeiros séculos, foi de grande valia para o povoador português. Contudo, “à medida em que a empresa colonial ganhava corpo, que à industria da extração de madeira vinha somar-se a do açúcar, logo sobrepujando-a em importância, começou a ressaltar à apreciação coletiva, sobretudo nas capitanias do norte, a inadaptação da mão-de-obra indígena para vários mistéres” (GOULART. 1963, 185). Foi o escravo africano que lhe tornou possível a exploração e o aproveitamento das riquezas coloniais.

Mrs. Kindersley certamente anotou a informação a respeito do modo de tratar os indígenas sem se importar com a sua verificação, uma vez que a atitude dos portugueses, nesta questão, parece coincidir com sua maneira de sentir. Sem muito esforço, teria sabido que o direito à escravização dos índios, desde que aprisionados em “guerra justa”, era garantido por lei; que, em princípio, a sua escravidão só foi abolida em meados do século XVIII, mantendo-se, porém, mesmo depois, embora mais ou menos disfarçada. Oferece, pois, ao leitor uma visão distorcida da realidade ao afirmar: “Não os escravizaram, nem tão pouco deles exigiram serviços. A maior parte dos mesmos refugiou-se no hinterland onde vivem governados pelas próprias leis e segundo a sua religião. Os portugueses, neste ponto, não imitaram o exemplo dos seus vizinhos espanhóis, cujo zelo religioso os levou a cometer excessos e atrocidades dignas de verdadeiros bárbaros” (XII, 26 – 27).

Na realidade, a catequese religiosa, decorrência da tradicional política missionária e colonizadora, que se iniciara no reinado de D. João III, consistia na conversão dos índios, no esforço de aldeá-los, no aproveitamento de seus serviços por último. Esta política assegurou à Companhia de Jesus os meios de sua extraordinária expansão em terras brasileiras. Os aldeamentos dos indígenas porém, não chegaram a atingir um nível compatível com a produção em grande escala. Foram freqüentemente destruídos pelos bandeirantes, em suas atividades de apresamento de índios.

Proavelmente, os informantes da visitante inglesa limitaram-se a transmitir-lhe as mais recentes determinações da política pombalina para execução do “plano de libertação dos índios e secularização das missões eclesiásticas” (Alvará de 1755), em “defesa de interesses econômicos da Coroa, que se encontravam ameaçados pela crescente influência das congregações religiosas nos assuntos seculares” (CARVALHO. 1963, 78 – 79).

Além do europeu e do indígena, um terceiro elemento concorreu no povoamento do Brasil: o africano que integrou a sociedade colonial com um destino previamente traçado, para fornecer-lhe trabalho, em regime servil, e isso lhe marcaria a posição de inferioridade.

A escravidão, uma das formas de exploração humana que parecia relegada ao passado, restabelece-se no início da Idade Moderna. Que motivos exigiram tal retrocesso ?

No quadro da expansão ultramarina, o tráfico dos escravos foi aceito como peculiar às áreas coloniais, em decorrência da inadequação e insuficiência da estrutura dominante nas metrópoles, perante os problemas da colonização das terras descobertas, onde a produção não constituía atividade preexistente.

A exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, peças inseparáveis do mesmo processo. Nesse processo, de início, a propriedade da terra não tem nenhuma função apreciável. Ela não o condiciona ou determina. O processo é independente dela. Importa a presença do elemento humano para produzir, e por isso, o escravo faz parte do investimento inicial do colonizador. As terras lhe são doadas pela Coroa, o escravo só pode ser obtido pela compra e a alto preço. Vale mais do que a terra, muito mais, embora haja uma relação entre os dois fatores. Assim, aquele que não tivesse escravos, por mais extensas que fossem as suas terras, nada tinha (SODRÉ. 1968, 70 - 71).

A necessidade de produzir para o mercado externo gera o modo escravista de produção à base do africano importado em massa das possessões portuguesas da África. Os resultados de seu trabalho se destinam ao fornecimento para os mercados distantes e não ao consumo imediato e local.

Pela sua natureza e finalidade, a produção colonial e o comércio de escravos estão vinculados ao quadro do desenvolvimento econômico do ocidente europeu. A Inglaterra desempenhava apreciável papel na exploração do tráfico negreiro. Nos primeiros séculos supera os capitais portugueses aplicados nesta empresa e, ainda, nos últimos anos do século XVIII, realiza mais de metade de todo este comércio. Somente em 1807, após abolir o tráfico nas suas colônias, é que ela se torna o paladino internacional da luta contra ele. Verifica-se, com a passagem do tempo, que os problemas mudam de aspecto à medida que as necessidades impõem alterações, chegando mesmo a atingir o campo ético.

Mrs. Kindersley não pretende equacionar o problema da escravidão. Isto se observa particularmente na atitude que assume com relação a eles, durante sua estada numa sociedade onde os valores do trabalho são amesquinçados porque desclassificam.

Em suas "CARTAS" verifica-se uma incorrigível tendência discriminatória para com a massa de "escravos pretos de ambos os sexos", que "pululam" as ruas, estreitas e sujas, da cidade ou trabalham nas plantações.

Para ela, a escravidão negra é uma situação de fato, talvez um mal necessário que a incomoda, porém, inevitável. Assim, ao mesmo tempo que manifesta sentimentos de compaixão para com o escravo e desprezo pelos seus donos, aceita seus serviços ao passear pelos arredores da cidade num bangüê.

Esse meio de transporte constitui “a coisa mais extraordinária que jamais vira neste mundo” e tenta descrevê-lo:

“... Esta liteira é carregada aos ombros de dois escravos pretos; o que vai na frente geme a cada passo, sendo correspondido pelo seu companheiro detrás. Isto os auxilia todavia a regular o passo. É porém um som desagradável... (...) ... quando pela primeira vez fomos ao campo e ouvimos assim gemer bandos de escravos que carregavam qualquer coisa, de um lugar para outro, ficamos convencidos de que exigiam deles esforços sobre-humanos excedentes às suas forças. Foi grande a nossa compaixão, consequentemente, forte o nosso desprezo contra os seus senhores” (XI, 25 – 26).

Horrorizada com tantos gemidos e ciente do “perigo de ser lançada fora devido às violentas oscilações”, mesmo assim ela não apeia da liteira. Já que não lhe foi possível obter um cavalo para montar, prefere ser transportada por dois negros possantes do que andar a pé.

Não obstante seus sentimentos “humanitários”, mantém-se presa às idéias do século, terminando por revelar preconceito e desprezo pela raça negra escrava, quando diz:

“Já são feios por natureza e ainda mais o ficam devido às horríveis pinturas que os pais lhes imprimem no rosto quando são ainda crianças. (...) ... extraordinária a impressão que as pompas da religião católica sempre produzem sobre estes cérebros incultos. Mostram-se tão devotos e religiosos quanto o são pouco os nossos homens do povo das cidades. Assistem a todas as missas, obedecem sem protestos a todas as injunções dos seus divinos instrutores, possuindo o entusiasmo irrefletido da devoção” (XII, 27).

Não cogita, em nenhum instante, das razões que determinaram “por que” e “como” se realiza o tráfico negreiro e ou “a quem” interessa patrocinar o regime servil. Não ousa indagar a quem cabe a responsabilidade desta situação e até que ponto seu país está nela envolvido.

Não fosse a sensibilidade auditiva da visitante, nem a presença dos escravos teria sido notada por ela.

Além da origem e composição da população do Brasil-Colônia, suas qualidades e defeitos, ressalta também aspectos do modo de viver predominante na época.

Os mais abastados e bem sucedidos, optam por um estilo de vida simples, sem ostentação, luxo e conforto material, aparentando pobreza, como recurso para assegurar-lhes uma existência tranqüila e a preservação das riquezas conquistadas, da inveja e da cobiça de seus conterrâneos, e do “poder terrível da Inquisição” aqui desempenhado por seus agentes.

“As casa são boas porém freqüentemente por acabar. (...) As pessoas que querem até certo ponto figurar moram no primeiro andar, utilizando-se do rés-do-chão para lojas, depósitos de madeiras, etc, etc. O primeiro andar compõe-se em geral, de dois ou três grandes quartos, havendo no meio um pequeno dormitório, situado de tal modo que não tem luz própria, ficando conseqüentemente completamente às escusas logo que se fecham as portas. Nele moram as crianças e os escravos. (...) Sabem... ser a pobreza a maior segurança. Abstém-se portanto cuidadosamente,, prudentemente de fazer gastos que possam atrair a atenção, dando lugar a perseguições” (VIII, 19 – 20).

Só assim “a propriedade e, mesmo a vida,” estarão em segurança.

Exemplificando, narra a história de uma jovem que conheceu num convento particular: “Seu pai, disse-me ela, era um homem digno e bom; era porém rico, acontecendo que tal se divulgasse. Os inquisidores, sem lhe comunicarem nem tão pouco aos seus amigos, o crime que cometera, disseram-no acusado de heresia. Prenderam-no e apoderaram-se da sua casa, deixando os seus numa cruel incerteza acerca do seu destino, não se sabendo se, fora enviado para Portugal e, mesmo, se ainda se achava com vida” (IX, 22).

A riqueza, em geral, não altera o dia-a-dia do soteropolitano. “As artes não florescem entre eles sendo o gosto e a elegância, em mobílias e equipagens, cousas completamente desconhecidas. (...) Os habitantes conhecem somente por ouvir falar os encantos e as maravilhas da vida. Passam a existência numa indiferença completa” (VIII, 20 – 21).

2. NATUREZA.

Das “CARTAS” de Mrs. Kindersley emerge mais um elemento: a valorização da natureza.

Enquanto aguarda autorização para o desembarque, observa o “céu límpido e desanuviado”, sente “o calor da terra e o sol ardente” e confessa parecer-lhe nunca ter avistado, até então, paisagem mais bela (VI, 16).

Mais tarde, durante uma excursão pelos arredores de Salvador, experimenta grande prazer ao conhecer “uma bonita região de terras ricas e férteis, porém quase incultas”. Percorre “frescas e umbrosas florestas e campos,

chegando depois a uma grande planície donde se divisava magnífica vista sobre o mar". Observa "disseminadas, aqui e acolá, casas de camponeses com jardins providos de todas as espécies de frutas (...) melões, tamarindos, limões, limas e romãs e altas árvores vergando sob o peso das laranjas". Confessa maravilhada que "há aqui grande quantidade destas frutas, que são verdadeiramente soberbas". E acrescenta, "existe neste país uma espécie destas frutas que é quatro vezes maior daquela que recebemos da Espanha e Portugal, não tem pevides ou sementes, sendo excelente o seu sabor." Encontrou "grandes plantações de cana-de-açúcar e de fumo, pertencentes aos portugueses que moram em São Salvador", contudo, reconhece que "pouco se cuida da agricultura num país onde os mais belos produtos da terra crescem na maior parte espontaneamente (XI, 24).

Reafirma seu entusiasmo pelos encantos naturais da região, escrevendo: "É difícil dar-lhe uma idéia da sensação deliciosa das brisas da tarde, da qual estávamos privados na cidade quente, e do prazer de descansar à sombra das grandes árvores. É um prazer que se goza aqui mais do que em qualquer parte, por ser o calor produzido por este sol abrasador verdadeiramente insuportável. A serenidade e a limpidez do céu realçam a beleza do panorama, tornando a sombra mais escura. Em nosso brumoso país, o querido sol é sempre o bem-vindo, o seu calor raramente incômodo, sendo mesmo sua ausência por demais freqüente" (XI, 24 - 25).

Esta é a única vez que Mrs. Kindersley considera, no que se refere à natureza, o Brasil em vantagem sobre a sua querida Inglaterra. Assegura, porém, que não é "o fumo, nem a cana, nem tão pouco a fertilidade do solo que para aqui atraem os aventureiros cristãos. São as riquezas enterradas nas entranhas da terra e das quais os índios não sabem tirar proveito algum" (XII, 25).

A partir do último decênio do século XVII descobrem-se e começam a ser explorados os depósitos auríferos, com o que se altera a estrutura produtiva brasileira e, em consequência, a vida financeira metropolitana. Ao meio do século seguinte, quando sobe D. José ao trono, ia no auge a produção do ouro, porém já se verificara que tamanha riqueza passava por Portugal sem remediar suas péssimas finanças, na conformidade do simples e arguto sistema imaginado pelos propositores do Tratado de Methuen. O afluxo de diamantes vem engrossar a receita dum orçamento comprometido. Uma administração ineficiente foi incapaz de tirar proveito desses benefícios. Paradoxalmente, mais vasto se tornava o descalabro quando maior se fazia a riqueza (4).

(4) Vd.: Lourival Gomes MACHADO. Política e Administração sob os últimos vice-reis. Pág. 359-365.

Acertadamente afirma: “as minas de diamantes pertencem todas ao rei”. O monopólio estatal da extração de diamantes foi estabelecido por Carta régia de 1731. Engana-se, porém, ao imaginar que as minas constituam “uma grande fonte de suas riquezas” (XII, 25). A capacidade de percepção das questões econômicas não captou os sinais de enfraquecimento do rendimento da mineração. Mesmo aos mais experientes, tais sinais se confundem com as oscilações naturais de produção.

3. GOVERNO

Outro elemento que não pode deixar de ser devidamente sublinhado é a forma de governo então vigente no país.

A visita de Mrs. Kindersley à Bahia ocorre num momento de transformação na administração colonial e de crise no governo da Capitania. Dentre as grandes transformações, provocadas em parte pela mineração e resultado de medidas preparatórias, está o deslocamento da sede do vice-reinado da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro em 1763.

Com este deslocamento, a Bahia perdeu “a importância política que desfrutava desde Tomé de Souza. No particular de seu desenvolvimento urbano, demográfico e econômico, não se registrara, no entanto, uma perda sensível. Ao contrário, a cidade crescia, sob qualquer daqueles ângulos num desenvolvimento ponderável” (REIS. 1963, 412).

O panorama administrativo torna-se instável a partir de 1760, com a morte do último vice-rei, D. Antonio de Almeida Soares Portugal, primeiro Marquês de Lavradio, e com o pedido de resignação que D. José Botelho de Matos, oitavo arcebispo da Bahia (1741 – 1760) foi forçado a encaminhar, por defender a Companhia de Jesus em seu atrito com o poder pombalino, entregando a administração da arquidiocese ao Cabido. Não havendo sucessor indicado para substituir o vice-rei falecido, o governo passa a ser exercido, em caráter provisório, por uma Junta composta do bispo ou seu representante, do Chanceler da Relação e da mais alta patente militar.

Um governo assim organizado, é considerado um “governo verdadeiramente esquisito”, com “tres chefes com influência e poderes iguais”. Isso dificulta como “qualificá-lo: eclesiástico, militar ou civil” (VIII, 18). Assim, três governos administrariam a Capitania: o eclesiástico, regulamentando as coisas pertencentes à direção espiritual e bem das almas, compreendendo o Bispado Metropolitano, Conventos, Irmandades, etc.; o civil ou secular, cuidando da administração da Justiça, arrecadação da Fazenda Real e do governo econômico do povo; e, o governo militar propriamente dito, cuidando das fortificações e guarnições (CALDAS, 1951, 73).

Residindo o interesse da viajante no funcionamento efetivo do tipo de governo implantado na colônia e não em sua organização ideal ditada pela Metrópole, seu relato é o somatório de suas experiências pessoais com a engrenagem da administração pública e de informações com terceiros. Tudo o que consegue apurar se resume em três evidências:

a) Esse governo “mantém os estrangeiros sempre à distância”, e sob um esquema de vigilância permanente, às vezes ostensiva;

b) “É absolutamente impossível poder dizer qual dos três governantes é a figura preponderante”;

c) Isso acarreta “grandes dificuldades e demoras que se encontram para obter as coisas mais necessárias e indispensáveis à vida” sob o pretexto “que o coronel nada pode fazer porque o governador civil está fora da cidade, em que o magistrado civil está impossibilitado devido à ausência do coronel, e que ambos nada resolvem por causa do bispo” (VIII, 18).

Desagrada-lhe as limitações que este regime impõe às suas aspirações e curiosidade. Deplora “ter de esperar pela volta do capitão” e não poder “deixar o navio antes de, para tanto, ter recebido licença do governador” (VI, 15). Receia “não poder gozar da liberdade de estar fora do navio, conforme entendia, por causa do horrível constrangimento em que tenho de viver num país em que o governo é tão suspicaz e pouco hospitaleiro”. Todo o tempo foi “constantemente acompanhada por um oficial e uma praça”, que não a largam um instante e fazem sentinela à porta de seu quarto. “Diminui depois a vigilância, isto é: iam dormir em casa, voltando pela manhã” (VII, 16).

“Fato este que, desde logo, nos deixa mal impressionados sobre a veracidade da recém-desembarcada, tão extraordinário é. Queixando-se de semelhante constrangimento, objetaram-lhe que não era senão uma prova de deferência, e um modo de prevenção contra possíveis desacatos” (TAUNAY. 1920 a, 1:1). “Não é preciso muita penetração”, declara a inglesa, “para perceber que isso não passava de um pretexto e que o fim colimado seria ou impedir-me a visita aos conventos das freiras... ou que travasse relações com as suas mulheres. Escapa ao meu entendimento o perigo que nisso viam” (VII, 16).

O mesmo deve ter sentido quando soube que uma sua patrícia, casada com português, residente na cidade, ao solicitar por intermédio do marido “licença ao governador para que a hospedasse em sua casa”, recebeu como resposta “que era demais duas inglesas em uma casa” e a licença para poder falar-lhe só lhe foi dada dois ou três dias depois de sua chegada.

Não é de estranhar o seu desabafo: “Santo Deus viver sob tal governo! Nós que anseamos sempre por mais liberdade não nos poderíamos acostumar a isto!” (VII, 17).

Verifica, também, que “alguns pobres e infelizes ingleses” residem aqui e estão “condenados a viver neste país o resto da miserável vida. Passam uma existência voltada à miséria e ao desprezo, sendo, logo que chega um navio, vigiados com tal rigor que lhes é de todo impossível escapar”. Sem demora tira algumas conclusões: 1ª “pelos cuidados que tomam para impedir a retirada dos que aqui se acham percebe-se ser este um país em que ninguém deseja permanecer de modo definitivo” e 2ª, esta vida miserável se desenvolve “entre as intrigas sórdidas dos padres e a prepotência dos soldados” (VIII, 18 – 19).

É manifesto o preconceito da visitante pelo clero católico. Nada lhe escapa: Eles moram nos conventos pertencentes à Igreja, “gozando aí do conforto e comodidade da vida”, “ gordos, preguiçosos e barrigudos são os antípodas dos de Tenerife pobres, humildes e mal alimentados” (VIII, 20). Além disso, “se intrometem em tudo, perturbando com a excomunhão o curso natural do direito”, refugiando assassinos, obtendo-lhes “o perdão por meio de confissão e esmolas”, e mantendo-os “a salvo do braço temporal da justiça, como se estivessem fora do país”, enquanto aguardam o perdão ou acolhendo-os no seu seio “como pecador arrependido” (IX, 22 – 23).

Justifica a importância dada aos padres, dizendo que “a pouca instrução e saber existentes no país só podem ser encontrados entre eles”. Maldosamente, assegura: o menino que aprender “um pouco de português e de latim de cozinha pode perfeitamente se tornar um dia bispo” (VIII, 20 – 21).

Além disso, “as liberdades tomadas pelos padres humilham e oprimem os cidadãos. Vão à casa quando lhes apraz, sentando-se à mesa sem ser convidados: dirigem a conversa, tendo mesmo livre acesso ao quarto das mulheres. Estas liberdades não se coadunam absolutamente com os zelos ou ciúmes dos portugueses, quando se trata de outras pessoas” (VIII, 18).

Neste contexto social, ela se confunde e se perturba. Aceita qualquer informação sem verificá-la. Sua “inteligência feminina não deu, nessa emergência, provas de grande penetração, pois devia calcular que as coisas nem sempre são o que parecem” (VII, 16), como ela própria reconhece, que as informações nem sempre são corretas. Acredita quando lhe dizem “que nesta cidade existem nada menos que três mil padres pertencentes às diferentes ordens” (VIII, 19). Três mil, na cidade ? Estaria passando ao leitor o que recebera, ou seria o caso: “quem conta um conto aumenta um ponto” ?

O cronista baiano José Antonio Caldas, em 1759, escrevera: “existem no Governo Eclesiástico desta Capitania para cima de seiscentos clérigos entre os instituídos em ordens sacras e menores, e o número pouco mais ou menos de Religiosos, Religiosas e Sacerdotes fazem o cômputo de mais de duas mil pessoas que gozam do foro Eclesiástico” (CALDAS. 1951, 71).

Dois mil religiosos na Capitania toda. Cinco anos depois, esse número decai, com a expulsão dos jesuítas. Logo...

A insistência da Autora em considerações sobre a Igreja Católica e seus membros, reflete um interesse pessoal ou visa a prender a atenção do leitor oitocentista, inglês ou alemão, em sua maioria protestante? De qualquer forma, ela própria reconhece “extraordinário” dedicar sua última carta sobre a Bahia, “tratando de religião”. Alega em seu favor “que tudo aqui se acha envolvido ou relacionado com a religião e os costumes religiosos, sendo uma parte do povo dominada pelas superstições e a outra ocupada em dominá-la, disso tirando partido” (XII, 27 – 28).

No seu entender aí reside a fonte de todos os males deste povo.

Qualquer que tenha sido sua formação religiosa, e esquecendo-se de suas antipatias, declara que entre as poucas coisas que encontrou para admirar estão as igrejas e conventos. São “os únicos monumentos dignos aqui de visita..., entre as quais algumas grandes e magníficas (...) Nelas existe a maior ordem e limpeza, sendo-lhes os altares ornamentados com estátuas, pinturas e dourados, candelabros e outros objetos de prata e de ouro, cujo valor, enorme, se eleva avultadas somas. (...) São belos os conventos pertencentes a igrejas, tendo portais e galerias” (VIII, 20).

A cada instante, porém, lembra-se da religiosidade de seus condescendidos, tão diferente desta encontrada no Brasil.

“Igrejas com tribunas não os infelicitam produzindo o renque duplo de colunas um belo efeito, dando ao coro uma aparência de grandeza e altura que os nossos templos nunca podem possuir” (VIII, 20). “Observando o zelo ardente do povo pela religião católica, acudiu-me à mente que a simplicidade sem artifícios do protestantismo, que se adapta, às necessidades daqueles que sabem separar a divindade das suas manifestações exteriores, acha-se por completo destituída do brilho e das pompas do culto romano que tanto atraem a atenção das multidões e lhes falam à imaginação. A confissão quando fosse séria, e nela não se cometessem abusos, seria excelente instituição prática e se os padres católicos desenvolvessem os mesmos esforços para moralizar os seus rebanhos, que envidam para lhes ativar os zelos religiosos e devoção, este incontestavelmente seria o povo mais virtuoso da terra” (XII, 27).

4. CULTURA

Não poderia deixar a visitante de assinalar em suas “CARTAS” um esboço, embora distorcido, da situação cultural em que se encontrava o Brasil-colônia em pleno “Século das Luzes”.

“Este lugar abastado e populoso não possui, entretanto, nenhuma escola pública além das primárias. Ler e escrever é o que se ensina à mocidade, e se o menino aprende além disso, por cima, um pouco de português e de latim de cozinha pode perfeitamente se tornar um dia bispo. É de estranhar que um país mantendo tão estreitas ligações como este com um reino europeu seja de tal modo destituído de conhecimentos artísticos e científicos. As obras artísticas das suas igrejas vêm da Europa. Os habitantes conhecem somente por ouvir falar os encantos e as maravilhas da vida. Passam a existência numa indiferença completa. Permitem-lhes somente o uso de poucos livros. É política do Governo manter os povos na ignorância” (VIII, 21).

Tais observações, redigidas em meados do século XVIII, parecem refletir as condições de uma época em que a arte e a ciência ainda não alcançara preponderância absorvente na cultura do Brasil. A verdade é que, as condições peculiares à sociedade colonial “foram obstáculos quase sempre intransponíveis a qualquer esforço no sentido de criar ou de aplicar ou de desenvolver conhecimentos e técnicas apropriadas a melhorar a existência” (SODRÉ. 1960, 290).

Tipos de produção colonial tendentes a incentivar a estratificação da sociedade, com a formação de aristocracias organizadas à base da grande propriedade e do trabalho servil e fundamentada na rotina, no esforço físico da mão-de-obra escrava, justificam a resistência da própria estrutura social às inovações técnicas, aos conhecimentos científicos e a tudo o que lhes está associado.

“De todas as faces da cultura, aquela que abrange os conhecimentos científicos, a pesquisa, a difusão, a experimentação, é a que mais fortemente exige uma estrutura social propícia, que desenvolva a curiosidade, o interesse, a aplicação, que necessite de novas técnicas como do próprio alimento, que se renove sem cessar e que dependa de tudo o que a ciência fornece” (SODRÉ. 1960. 290).

Não era desse tipo a nossa estrutura colonial, por volta de 1764. Estávamos destituídos de conhecimentos científicos por duas razões fundamentais. Por um lado, a estrutura social vigente não solicitava as ciências, não necessitava delas e, até mesmo, as repelia. Por outro, o isolamento imposto pela Metrópole, através de rigorosa fiscalização a qualquer contacto com as manifestações culturais de outros povos, impedia e eliminava qualquer esforço neste particular.

O sistema proibitivo colonial “não se limitava somente às pessoas estrangeiras, também visava às idéias estrangeiras” (HANDELMANN, 1931. 718). “Livros perniciosos” eram barrados e as bibliotecas particulares desvasadas. Os entraves da administração lusitana ao desenvolvimento da cultura inte-

lectual no Brasil, faziam parte do “firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade do seu domínio” (HOLLANDA, 1976, 87). Se, no correr do século XVIII, existiam no continente europeu governos absolutistas, já começavam a despontar, com intensidade, através de todo o sistema geral de governo (despotismo esclarecido), as idéias incendiárias do liberalismo e da consciência nacional. Todas as cautelas foram tomadas pelo governo português para que os brasileiros não fossem tocados por elas, para que não se infiltrassem do exterior e, assim, não se desenvolvessem de dentro para fora, se fez vigilância constante sobre as pessoas e as idéias estrangeiras.

Mesmo assim, em meados do século XVIII, “ocorreu no Brasil uma bruxuleante época das Luzes, que se encaminhou para a independência política...” (MELLO E SOUSA, 1963,95).

Se o meio não estimulava os estudos científicos, nem tampouco a transmissão de suas técnicas, é fácil inferir que o meio não criaria as condições para o ensino da ciência.

Ajustava-se ao clima social e político dominante, o ensino inteiramente voltado às letras, ornamental e desinteressado. O sistema educacional “estabelecido pela Companhia de Jesus, representou tudo o que havia de realmente estruturado na fase colonial. Sendo quase todos os estabelecimentos de fundação real, eram de fato públicos e, como tais, gratuitos, ainda que não estatais” (LACOMBE, 1963, 71).

O sistema de ensino inaugurado “em substituição ao jesuítico representou um passo gigantesco no sentido do ensino estatal, leigo” (LACOMBE, 1963, 72).

A expulsão dos jesuítas desarticulou o rígido sistema de ensino existente, fragmentando as fontes de aprendizagem. A implantação do novo método de ensino ordenado por D. José I e estabelecido em 1759, tem início com as providências do Desembargador Chanceler Thomaz Roby de Barros Barreto (4) e do Cabido da Bahia (5), no princípio do ano seguinte.

Anexa à Carta do Desembargador, segue a “Relação das classes existentes nos Pátios dos Estudos da Bahia, em 1760”, segundo a qual, havia, na ocasião “seis classes, a saber: Teologia, Filosofia, Primeira, Segunda, Terceira e Escola de ler e escrever”. Frequentavam as aulas de Teologia, 6 alunos, as aulas de Filosofia, dos 100 estudantes que ingressaram, “no fim do segundo ano mal se achavam 30 e tantos para os exames”. O número de estudantes de Gramá-

(4) Documento 4 887. Carta do Desembargador para o Diretor dos Estudos, de 29 de março de 1760. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

(5) Documento 4 900. Pastoral do Cabido da Bahia acerca do novo método de ensino, implantado pelo Alvará de 28 de julho de 1759. Bahia, 5 de fevereiro de 1760. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

tica Latina variava de 90 a 120 alunos, pois além das classes do Colégio dos Jesuítas “havia 8 e muitas vezes 10 e 12 estudos particulares”, perfazendo “nunca menos de 180 até 200”. A escola de ler, escrever, contar e doutrina cristã acolhia mais de 100 alunos (6).

Atendendo às necessidades da população estudantil, o Desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, toma as seguintes providências:

a) Encaminha o pedido dos alunos de Filosofia para que o ex-jesuíta Pe. Manoel Maciel continue ministrando seus ensinamentos;

b) Sugere o aproveitamento do licenciado Manuel Coelho de Carvalho, que se oferecera para ministrar gratuitamente o curso de Filosofia, para o ensino de Retórica, enquanto não for provido ninguém para esse magistério;

c) Abre concurso e preside aos exames dos 19 opositores às cadeiras de Gramática Latina e Retórica, realizados no dia 5 de fevereiro de 1760, na presença dos examinadores: os Padres Mestres Fr. Leonardo da Conceição, religioso de São Francisco; Fr. Joaquim de Almeida, religioso carmelita calçado e Fr. Silvestre, religioso carmelita descalço (7).

Foram essas as primeiras providências para a execução da reforma na Bahia, para a escolha, mediante concurso de provas, dos professores régios. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, como atesta a documentação existente em arquivos de Lisboa. Para Pernambuco, foram enviados dois professores régios da Metrópole, Manuel de Melo e Castro e Manuel da Silva Coelho; para o Grão-Pará o Professor Eusébio Luís Pereira Ludon e, para Vila da Vitória, Capitania do Espírito Santo, Domingos Fernandes Barbosa Torres de Pita Rocha.

Isso é apenas o início de um período de sérios transtornos do “sistema” de instrução da colônia. Apesar da carência de dados documentários, sempre é possível ter-se uma idéia do ensino em Salvador, neste determinado instante do século XVIII, quando não mais predominavam as instituições de ensino jesuíticas.

Só após o declínio da estrutura colonial de produção, o aparecimento e desenvolvimento da indústria, é que os conhecimentos científicos encontrariam receptividade em nosso meio e em nossas escolas.

Quanto às Artes, de fato, nos dois primeiros séculos, a sociedade colonial foi, de modo geral, refratária a elas. A Arquitetura, por exemplo, pouco se afastou dos estritos requisitos de funcionalidade. Seu objetivo primeiro era responder à necessidade de abrigo. Somente no século XVIII é que, na paisagem urbana que se esboça, começam a aparecer construções com sinais de grandeza arquitetônica. Em Salvador e Rio de Janeiro, aparecem “edifícios públicos

(6) Documentos 4 887 e 4 888, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

(7) Documentos 4 824 e 4 829, A.H.U.

ostentosos, mais pesados do que belos”, chafarizes e aquedutos. “Mas é nas igrejas que a arte encontra o acolhimento que o meio não lhe dá. Nelas é que se reúnem as suas variadas manifestações, através do tempo, na Arquitetura, na Escultura, na Pintura, trabalhos em madeira, pesados móveis lavrados, altares monumentais, sobrecarregados de ornatos, frontarias, painéis, púlpitos” (SODRÉ. 1960, 283).

É, sem dúvida, justificável, o entusiasmo da Autora pelas igrejas e conventos que visita, pois, na fase colonial, “as Artes foram recolhidas e protegidas pelo elemento religioso, que nelas encontrou meios e motivos de glorificação do que adorou e pregou” (SODRÉ. 1960, 284).

Aos jesuítas, franciscanos e beneditinos, devem-se, diversos monumentos da arte colonial, caracterizados pela grandiosidade dos revestimentos decorativos dos interiores e pela simplicidade externa. No contraste entre o exterior e o interior, dos templos, há uma ingenuidade rústica que se contrapõe à ostentação.

*

* *

Da reunião dos elementos, aqui destacados, emerge a visão de mundo da Autora das “CARTAS SOBRE A BAHIA”, marcada pelos antagonismos entre a Metrópole e a Colônia, a preocupação com a divulgação de suas observações tendo sempre como referência a Inglaterra, a necessidade de valorizar o país visitado diante do mundo, em algum aspecto, o de suas riquezas naturais.

Na impossibilidade de detalhar todas as informações, limitamo-nos às que julgamos principais: o povo, a natureza, o governo e a cultura.

O importante, para nós, nesta análise, é a visão de mundo da visitante inglesa, isto é, os elementos culturais de seu grupo social que, conscientemente ou não, deixa transparecer através de sua obra. Como toda criação cultural, é um fenômeno individual e social, inserida nas duas estruturas constituídas pela personalidade da Autora e pelo grupo social no qual foram elaboradas as categorias mentais que as estruturam. É também, ao mesmo tempo, criação voluntária diretamente estruturada pela realidade vivenciada e um dos elementos de adaptação do indivíduo à realidade.

Assim, não podemos separar o texto referente à Bahia do conjunto das “CARTAS”, nem tampouco separá-lo de sua Autora. Não obstante pouco saibamos a seu respeito, já que os dicionários enciclopédicos lhe omitem o nome, podemos imaginá-la ativa, inteligente, curiosa, hábil e aventureira. Sem qualquer intenção pejorativa, usamos o termo aventureira no sentido que jamais

disse “não” às coisas, conduzindo-as até onde pode, tirando delas partido, se possível, sem se preocupar com o desfecho final dos acontecimentos.

Impossível pretender compreender a Autora dissociada das relações sócio-históricas em que está inserida, e o seu relato fora da vida global da sociedade em que se desenrola.

Mrs. Kindersley pertence à oligárquica Inglaterra do século XVIII, onde os burgueses melhoram regularmente a sua situação civil e política, pois aumentam em número e em poderio. Expressa e sintetiza as aspirações e a vivência existencial deste grupo em dada situação, a de viajante estrangeira, num país estranho, distante, e até certo ponto misterioso. O confronto com esta nova realidade implica a revisão íntima do sentido da cultura européia. Em suas “CARTAS”, porém, não deixa transparecer qualquer reformulação neste particular. Para ela, o país que visita está em evidente descompasso frente ao mundo europeu. Este representa tudo o que há de belo, bom e justo, enquanto o primeiro, é retrógrado e dependente e, por isso, não o valoriza nem aprecia.

Não se trata de uma burguesa consciente do papel que lhe cabe como Autora, uma vez que não desmistifica os problemas, inerentes à dependência política e econômica do regime colonial vigente, nem procura soluções para a sua superação.

Não é uma representante da nova tendência do século: o cosmopolitismo. Não expressa, como os seus adeptos, idéias como a de que a espécie humana é una e que todos os homens têm os mesmos direitos e são capazes de realizar os mesmos progressos. Não adere às premissas de que não existe povo eleito, nem raça superior; de que patriotismo é preconceito e o sentimento nacional, desnecessário e inócuo.

Mrs. Kindersley, nesse sentido, não pode ser considerada uma cidadã do mundo, mas apenas uma inglesa errante que vagueia durante anos por estranhas terras, mas que não consegue esquecer a terra natal e suas instituições, protótipos perfeitos para todos os povos. Do que conheceu de diferente, nada parece ter conseguido alterar o seu modo de sentir, pensar e agir, nem mesmo suscitado dúvidas ou alterar seus valores e ideais.

Ela se colocou em situações que lhe permitiriam tomar consciência de uma nova visão do mundo, de realizar um trabalho de reflexão-crítica sobre a experiência vivida. Neste caso, pode ser considerada uma representante típica de sua época, época “onde havia liberdade para pensar, mas onde, na verdade, se pensava tão pouco que não se lucrava muito com esta liberdade”, como ferinamente observou Renan (8).

(8) Apud R. Mousnier e E. Labrouse, *O século XVIII*. Pág. 9.

A cosmovisão de Mrs. Kindersley é o resultado de sua própria condição humana, como mulher, inglesa, branca e protestante.

A sua situação de exterioridade em relação ao país lhe poderia fornecer certas vantagens, favoráveis à objetividade. Mas é preciso reconhecer que esta situação comporta também uma limitação não desprezível. Não lhe foi certamente possível perceber, ao mesmo tempo, o conjunto e os detalhes de uma sociedade tão complexa como a sociedade colonial brasileira; nem apreender as raízes de nossos problemas e tendências ideológicas e políticas, que assumem forma própria em nosso país.

É natural que fatores influam em suas considerações. Não só o preconceito, mas o desconhecimento da língua portuguesa obriga-a a receber informações ou a aceitá-las de pessoas que com ela se entendiam precariamente. Necessitaria, pois, de elevado espírito crítico para não ser influenciada pelo julgamento alheio, nem aceitar ingenuamente tudo o que lhe contam, sem a devida seleção.

Acrescente-se às dificuldades oriundas das barreiras lingüísticas uma outra, a viajante pouco se demorar na Bahia. Seu contato com os habitantes de Salvador foi rápido, curto e superficial, podendo levá-la a apreciação sem profundidade dos fatos. Por tudo isso, é pouco provável seu contato com representantes das diferentes camadas sociais.

Descontando-se tudo o que há de falho em sua narrativa, nos "flashes" colhidos, a maioria deles, pitorescos e bem apanhados, evidencia-se a vida colonial brasileira e a mentalidade dos homens do século XVIII. Evidencia-se a história.

O que desperta o interesse pelas anotações de Mrs. Kindersley é que "elas provêm exatamente de uma senhora. É a primeira autora que se ocupou do Brasil, a primeira viajante que imprimiu notas e impressões acerca dos nossos costumes". Ela "viu alguma coisa certa, muita coisa sob um prisma estrambótico, criado pela ignorância do meio, e a rapidez das deduções alinhavadas na hora; foi, às vezes, engazopada na boa-fé pela falsidade de informantes pouco escrupulosos e fez como fazem geralmente os escritores de sua categoria: generalizou à larga". De mais a mais, "ora, era o Brasil tão longe ! Quem lhe pediria retificação dos informes ? Quem, acaso, lh'os contestaria ?" (TAUNAY. 1920 b, 1:1).

Como fonte para o conhecimento do Brasil antigo, da fase colonial, as "CARTAS SOBRE A BAHIA" de Mrs. Kindersley merecem ser consultadas como os demais relatos do gênero, uma vez que "mesmo os mentirosos vulgares, cuja impostura é transparente, guardam algum interesse, têm alguma coisa a oferecer, contribuem com qualquer observação" (SODRÉ. 1960, 318).

BIBLIOGRAFIA

- CALDAS, José Antonio — Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. Ed. fac-símile, oficial, comemorativa do 4º centenário da cidade do Salvador. Tip. Beneditina Ltda., Salvador. Bahia. 1951.
- CANABRAVA, Alice P. — A grande propriedade rural. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 192-217.
- CARVALHO, Laerte Ramos de — A Educação e seus Métodos. In: *Hist. Geral da Civ. Brasileira*. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 76 — 87.
- CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.) — Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. RJ, Imprensa Nacional, Tomo I, Bahia, (1613 — 1762), 1913.
- FAORO, Raimundo — Os Donos do Poder. Porto Alegre, Ed. Globo, 1958.
- GOULART, Maurício — O problema da mão-de-obra: o escravo africano. In: *Hist. Geral da Civ. Brasileira*. S. Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. P. 183 — 191.
- HANDELMAN, Henrique — História do Brasil. In: **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo CVIII, 1931.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de — Raízes do Brasil. 9ª ed. R. de Janeiro, J. Olympio, 1976.
- KINDERSLEY, Mrs. Briefe — Leipzig, 1777.
- KINDERSLEY, Mrs. — Cartas sobre a Bahia (1764). “Um cimélio do Museu Paulista. A primeira viajante do Brasil. Trad. e advertência do Dr. Vicente de Souza Queirós. In: **Annaes do Museu Paulista**, Tomo I, 2ª parte, Documentação. Volume Commemorativo do 1º Centenário da Independência Nacional. São Paulo. Officinas do “Diário Oficial”. 1922. Pág. 11 — 28.
- LACOMBE, Américo Jacobina — A Igreja no Brasil Colonial. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 51 — 75.

- LAVRADIO (2º Marquês do). Relatório do Vice-Rei do Rio de Janeiro (1779). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo IV, 1842. Pág. 409 – 486.
- MACHADO, Lourival Gomes – Política e Administração sob os últimos vice-reis. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 355 – 379.
- MELLO E SOUSA, Antônio Cândido de – Letras e Idéias no Brasil Colonial. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, Pág. 91 – 105.
- MOUSNIER, Roland e Ernest Labrouse – O século XVIII. O último século do antigo Regime. In: **História Geral das Civilizações**. São Paulo, D.E.L., Tomo V, vol. 11, 1957.
- PRADO JÚNIOR, Caio – **História Econômica do Brasil**. 5ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1959.
- QUEIROZ, Suely Robbles Reis de – Brandura da escravidão brasileira: mito ou realidade? In: **Revista de História**. Número Jubilar Bis. São Paulo, Vol. III, Tomo II, nº 103, 1975. Pág. 443 – 482.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira – A Inconfidência Baiana. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 411 – 417.
- SODRÉ, Néelson Werneck – O que se deve ler para conhecer o Brasil. Rio de Janeiro, CBPE. INEP. MEC, 1960.
- SODRÉ, Néelson Werneck – **Formação Histórica do Brasil**. 5ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1968.
- TAUNAY, Affonso d'Escragno. A primeira viajante do Brasil. In: **Correio Paulistano**, São Paulo. (a) 12/1/1920, pág. 1; (b) 15/1/1920, pág. 1.